

Educação integral e em tempo integral: desafios e perspectivas no município de Paudalho/PE - Brasil

Comprehensive and full-time education: challenges and perspectives in the município de Paudalho/PE - Brazil

DOI: 10.46814/lajdv3n5-035

Recebimento dos originais: 01/05/2021

Aceitação para publicação: 31/06/2021

Édipo Lucas Soares Barbosa

Licenciatura em Ciências Biológicas
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Secretaria Municipal de Educação - SEDUC. Paudalho/ PE, Brasil.
E-mail: edipo-lucas@hotmail.com

Luciana Cristina Vilarim Da Silva

Licenciada em Letras
Universidade de Pernambuco
Secretaria Municipal de Educação - SEDUC. Paudalho/PE, Brasil.
E-mail: lcvilarim@gmail.com

Luciana Anacleto Da Silva

Licenciada em Pedagogia
Universidade de Pernambuco
Secretaria Municipal de Educação - SEDUC. Paudalho /PE, Brasil.
E-mail: luciana-cleto@hotmail.com

Anísio Francisco Soares

Doutor em Ciências Biológicas, Área de Concentração Fisiologia.
Departamento de Morfologia e Fisiologia Animal - DMFA
Programa de Pós-Graduação em Biociência Animal - PPGBA
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE
Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n, CEP: 52.171-900, Dois Irmãos, Recife /PE, Brasil.
E-mail: anisiofsoares@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

No cenário em que vivemos atualmente, para o reconhecimento do próprio contexto histórico e cultural, para comunicação, criatividade, análise crítica, participação, abertura para o novo, resiliência, produção e responsabilidade, exige-se muito mais do que um acúmulo de informações. O desenvolvimento de competências se torna necessários para aprender a aprender, saber lidar com as informações que temos disponíveis, para atuarmos com discernimento e responsabilidade nos contextos de culturas digitais, na forma de usar o conhecimento para propor solução de problemas,

para fomentar a autonomia na tomada de decisões, conviver e aprender com as diferenças e diversidades.

Podemos afirmar que o Plano Nacional de Educação (PNE) é fruto de amplo debate da sociedade, de modo que a escola integral é um compromisso pactuado por representatividade educacional de todos os estados brasileiros. A escola integral é um projeto coletivo da nação, sendo assim, de acordo com o PNE, Lei nº 13.005/2014, os municípios tem metas a cumprir em relação a sua implantação como consta na meta seis do referido documento: “Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica” (Brasil, 2014).

Nesse sentido, podemos afirmar que a Educação Integral é fruto de debates entre o poder público, a comunidade escolar e a sociedade civil, de forma a assegurar o compromisso coletivo com a construção de um projeto de educação que estimule o respeito aos direitos humanos e o exercício da democracia (Moll, 2009). No caminho da consolidação desta proposta, ficam expostos os desafios da prática e se faz necessário estabelecer um nível básico de compreensão do significado da experiência que se pretende aplicar, alinhando conceitos e entendimentos em torno da concepção que paira sobre os diversos segmentos atrelados a educação básica (Guará, 2006). Falar sobre Educação Integral implica, então, considerar a questão da variável tempo, com referência à ampliação da jornada escolar, e espaço, com referência aos territórios em que cada escola está situada. Tratam-se de tempos e espaços escolares reconhecidos, graças à vivência de novas oportunidades de aprendizagem, para a reapropriação pedagógica de espaços de sociabilidade e de diálogo com a comunidade local, regional e global. (Moll, 2009). Dessa maneira, trazer a criança para dentro da escola, por um tempo ampliado, pode indicar possibilidades de aprendizagem e socialização fundamentais para uma formação abrangente, formação essa que deveria incluir o campo das ciências, da cultura, das artes, do mundo do trabalho, através do desenvolvimento cognitivo, físico, moral e político (Silva, 2013).

Uma política de Educação Integral coloca em prática um modelo de gestão integrada que garanta a unidade na rede municipal de educação ao mesmo tempo em que sustenta o exercício da autonomia de cada escola e sua relação com o território. (Freire et al., 2019). Nesse contexto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) afirma, de forma clara, o seu comprometimento com a educação integral e reconhece que a educação básica deve visar a formação do indivíduo e seu pleno desenvolvimento, compreendendo toda sua complexidade. Além disso, ela fomenta uma visão plural e integral, tanto da criança, como do adolescente, do jovem e do adulto, considerando-os como sujeitos de aprendizagem, e promovendo uma educação acolhedora. A BNCC e os currículos se identificam na comunhão de princípios e valores que orientam a LDB e as DCN. Dessa maneira, reconhecem que a

educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica (Brasil, 2017).

Mais do que apenas ouvir sobre, quando você vive a realidade de um ensino que busca ser integral, em todas as suas dimensões, se consegue compreender de fato a essência da sua proposta. E a partir do momento em que buscamos fora parâmetros e experiências exitosas, podemos fazer uma autoanálise da prática que se vêm desenvolvendo. Os investimentos e a atenção dada pelo poder público municipal na educação de Paudalho contribuem para os avanços e para o tipo de educação que a secretaria de educação idealiza e almeja. Por fazer parte disso, e especialmente, estar trabalhando com a modalidade do ensino integral, surge a inquietação de conhecer intimamente conceitos, valores, propostas, que vem junto com o termo integral, e o mais importante, estender toda essa curiosidade e essas descobertas para toda a comunidade envolvida.

Diante desse cenário, se faz necessário discutir a essência do conceito de ensino integral que permeia as instituições que o adotaram, assim como as implicações da inserção deste modelo de ensino, principalmente para a comunidade acadêmica, e seu entorno. Desta forma objetivou-se analisar as condições de implantação do ensino integral no município do Paudalho e avaliar o conceito de integral defendido pela equipe pedagógica.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi pautada com base nos pressupostos teórico-metodológicos da modalidade de pesquisa qualitativa. Inicia-se a partir do estudo teórico sobre o tema e pela coleta de dados, onde foram tomados três instrumentos para estudo: análise documental, observação e entrevista semiestruturada com os docentes. As escolas alvo deste estudo foram as selecionadas pela Secretaria Municipal de Educação para a implantação do ensino na modalidade integral em sua prática pedagógica; a Escola Municipal Eliza Fidélis da Silva (EMEFS, localizada na comunidade de Rosarinho e a Escola Municipal Sinhô Bandeira (EMSB), localizada na comunidade da Usina Mussurepe, ambas situadas na zona rural do município do Paudalho/PE. Ambas oferecem o ensino infantil e o ensino fundamental nos anos iniciais e finais; todavia, apenas nos anos finais foi implantando o sistema integral. As atividades foram iniciadas com o 6º e o 7º ano, sendo incluído o 8º ano em 2020 e o 9º ano em 2021.

Foram realizadas visitas técnicas durante o ano de 2019, para observar as dinâmicas de funcionamento das duas instituições, suas estruturas físicas, atividades pedagógicas desenvolvidas e para dialogar com a equipe docente. O corpo docente das duas instituições é composto por professores contratados, tutores e estagiários. Sendo 50% do sexo feminino e 50% masculino. Todos com formação e/ou em formação nos cursos de licenciatura plena nas áreas requisitadas para se trabalhar nos anos finais. Apenas nove do total de doze docentes participaram da pesquisa. A entrevista semiestruturada

girou em torno de duas questões centrais: 1-As diferentes concepções de ensino integral e ensino em tempo integral e 2 - Dificuldades e vantagens encontradas em se trabalhar com esta modalidade de ensino.

Para a análise documental, foi tomado como base o Plano Municipal de Educação (PME), as Diretrizes do Programa Municipal de Educação Integral (PMEI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A implantação do projeto de escolas em tempo integral se deu a partir da parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e a Universidade Federal Rural de Pernambuco, o que possibilitou as diversas estratégias pedagógicas desenvolvidas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 EDUCAÇÃO INTEGRAL NA PERSPECTIVA DE TEMPO INTEGRAL

Os diálogos acerca da educação integral vêm ganhando mais espaço com o passar do tempo no cenário educacional brasileiro, principalmente quanto a temática a ser discutida gira em torno das políticas de ampliação da jornada escolar. Nesse contexto, a relação de conceitos no que diz respeito a educação integral e em tempo integral vem se sobrepondo, e isso deve ser desmistificado (Pestana, 2013). Também é comum associar a ideia de que mais tempo na escola é garantia de eficiência do ensino, o que nos leva a refletir a respeito de melhorias da integração das atividades e conteúdos pedagógicos para uma formação mais abrangente do ser humano, ainda pode estar ligada a questões políticas sociais, tendo na jornada ampliada uma proteção social, quando se trata de tempo integral (Carvalho, 2006; Cavaliere, 2007; Paro, 2009). Precisamos entender que o tempo integral, como indicado pela terminologia citada como meta no Plano Nacional de Educação, deve estar associado com a educação integral, como forma de fomentar uma formação que vai além de aspectos científicos, enraizados no currículo escolar tradicional (Zanardi, 2016).

Do ponto de vista legal, a LDB prevê em seu artigo 34 a permanência da criança na escola, com progressiva ampliação do horário escolar. Nesse contexto, buscamos saber o que os professores das escolas integrais do município do Paudalho pensam sobre esse conceito, e essa dicotomia entre jornada ampliada e integralidade do currículo. A pergunta norteadora foi: “Qual sua concepção de Ensino Integral e Ensino em Tempo Integral?” Ao analisarmos as respostas obtidas percebemos que os conceitos se sobrepõem. Muitos não percebem que há diferenças no significado das terminologias e também em seus objetivos. Apesar disso, o real significado de ensino integral está presente quase que em sua totalidade, a questão do trabalho voltado para uma formação ampla do aluno, levando em conta o social, cultural e emocional, o “preparo para vida pessoal”, a “formação de indivíduos competentes”, o “pleno desenvolvimento”, foram umas das formas que usaram para expressarem suas ideias, ainda

que na maioria dos casos não consigam estabelecer relações com uma jornada ampliada, que por sua vez, pode ou não estar atrelada ao ensino integral. Vale ressaltar a fala deste professor, que de forma clara e objetiva, descreveu a ideia geral da nossa discussão:

“Ensino integral busca desenvolver um pleno desenvolvimento em todas as dimensões da criança ou adolescente, para isso podendo ampliar sua jornada escolar ou não. Enquanto o ensino em tempo integral é referente a expansão da jornada escolar, aumentando o tempo em que os alunos ficam na escola, podendo adicionar novas disciplinas ou não” (PROFESSOR 1, 2019).

É um projeto desafiador, e que para que possa ser de fato efetivo, requer um entendimento conjunto do seu perfil e dos seus objetivos, para isso, se faz necessário um trabalho colaborativo e democrático, para que questionamentos como esse, sejam respondidos de forma simultânea e uniforme. As falas apontam que a proposta precisa ser mais discutida e até rerepresentada, para que seja mais bem compreendida e, conseqüentemente, posta em prática de forma mais direcionada.

3.2 INOVAÇÃO EDUCACIONAL, DESAFIOS E RESPONSABILIDADE.

As redes e sistemas educacionais e conseqüentemente as instituições que os integram, devem ter um planejamento que vise à equidade, levando-os a reconhecer as diferenças que existem entre os estudantes, o que inclui a comunidade escolar que possuem deficiência ou limitações, e carecem de práticas pedagógicas inclusivas e diferenciadas. Além de equânimes, deve ser compromisso do sistema a luta contra a exclusão que por sua vez se estende ao longo do tempo, e abrange diferentes grupos, como indígenas, quilombolas, afrodescendentes, e os que são considerados fora de faixa.

A relação conteúdo x método de ensino fundamentaram debates sobre questões políticas da educação popular e dos meios para consolidá-la, como por exemplo, discussões acerca da organização pedagógica para educação primária (Souza, 2000). Tratar sobre inovação no campo educacional atualmente, se torna uma verdadeira quebra de paradigmas, e se opõe a lógica existente sobre como os indivíduos assimilam o conhecimento (Christensen; Horn; Johnson, 2012; Thurler, 2001). Mesmo em um contexto onde todos tem a consciência da necessidade de se rever velhos modelos e ressignificar processos tradicionais devido as fortes exigências que demanda o mundo moderno, quando nos voltamos para os sistemas educacionais, somos surpreendidos com a inércia e falta de investimentos (Fonseca, 2007).

O município do Paudalho vem na contramão dessa realidade, com o propósito e a responsabilidade de fomentar as discussões das políticas públicas educacionais no âmbito municipal, e sendo a Secretaria Municipal de Educação, órgão que coordena a política educacional, formalizou, suscitou e coordenou o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) para o período

de 2015 a 2025, a partir da realização do I Fórum de Educação, estimulando e desenvolvendo o debate social acerca dos rumos da educação paudalhense, fundamentado em metodologia interativa e contando com a participação ativa e sistemática de educadores, alunos, entidades da sociedade civil, em particular, aquelas ligadas às áreas educacionais e representantes da classe política. O princípio da responsabilidade social constitui-se como eixo central nesse processo como forma de viabilizar a educação de qualidade como direito de todos.

O Programa Municipal de Educação Integral (PMEI) é uma das estratégias da Secretaria da Educação do Município de Paudalho, que visa consolidar a política da Educação Integral para o ensino Fundamental, a partir da ampliação do tempo e do currículo escolar para os estudantes da Educação Básica. Essa proposta procura garantir o direito à educação, tendo como prioridade, a excelência e a equidade do aprender das crianças, dos adolescentes e dos jovens paudalhenses, ressignificando a importância social e institucional da escola na formação plena dos cidadãos. Está fundamentada nas diretrizes do PMEI, e na BNCC, que se constituem como ferramenta essencial ao enfrentamento dos desafios educacionais impostos na atualidade, servindo como referência e para o desenvolvimento pedagógico escola, e como elemento controle social e da avaliação permanente sobre as formas que as diversas instâncias educacionais vêm desenvolvendo as suas políticas. Importante ainda ressaltar a resignificação do processo investigativo na formação acadêmica da educação básica (Matos et al, 2020).

A secretaria de educação do município do Paudalho gerencia 28 instituições educacionais, da zona rural e urbana, do ensino fundamental e infantil, totalizando 8.577 alunos matriculados. No ano de 2019 o poder Público Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, transformou duas de suas instituições em escolas de Educação de Tempo Integral para os anos finais do ensino fundamental, a Escola Municipal Eliza Fidelis da Silva e Escola Municipal Sinhô Bandeira, ambas localizadas em áreas de zona rural, comunidade de Rosarinho, e comunidade da Usina Mussurepe, respectivamente. Os alunos que antes passavam apenas 04h30min dentro dos espaços escolares, hoje tem seu horário de permanência estendido, totalizando 8 horas diárias de atividades dentro do espaço escolar. É uma iniciativa própria do município, sem recursos do governo federal. A proposta pedagógica datada de 2019 é baseada na teoria construtivista e tem como eixo norteador a horta pedagógica, uma metodologia ativa de participação do discente.

As escolas foram selecionadas por serem as únicas a adotarem o sistema de ensino integral em toda a rede municipal do Paudalho, um projeto piloto, fruto do trabalho feito em uma parceria da Secretaria Municipal de Educação e a Universidade Federal Rural de Pernambuco. As duas unidades possuem o ensino infantil e ensino fundamental (anos finais e iniciais), porém, apenas os anos finais

aderiram ao sistema integral. Iniciaram suas atividades nesta modalidade contando com apenas o 6º e o 7º ano, sendo incluído o 8º ano em 2020 e o 9º ano com previsão para 2021.

Dentre as principais mudanças propostas, está a adequação do quadro de disciplinas obrigatórias e eletivas, para os anos finais, conforme a estrutura da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), organizado por área do conhecimento e por seus respectivos componentes curriculares, onde foram levadas em consideração as unidades temáticas, os objetivos de conhecimento e habilidades que devem ser desenvolvidas.

3.3 CURRÍCULO E MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA

A BNCC e os currículos nela pautados se complementam para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da educação básica, uma vez que tais aprendizagens só se concretizam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação. São essas decisões que vão orientar as proposições trazidas por este documento à realidade local, considerando a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, como também o contexto e as características dos alunos.

Segundo Gadotti (2009) o princípio da integralidade no currículo, deve ter a função de princípio organizador. Sendo assim, todos os conhecimentos desenvolvidos no currículo devem estar integrados, de forma interdisciplinar, transdisciplinar, intercultural, intertranscultural e transversal, fundamentando os processos de ensino e de aprendizagem nas experiências dos estudantes. Tratar de modificações no currículo e na dinâmica de funcionamento de uma instituição educacional requer alterações e adaptações no seu projeto político pedagógico (PPP), pois, como afirma Pinho et al (2017), entende-se que o documento, ao traduzir em linhas gerais o processo histórico da instituição e seu plano de ação, constitui uma das instâncias que reflete suas bases epistemológicas que influenciam e interagem diretamente com a sala de aula e a relação com seus diferentes atores.

O currículo para as escolas integrais da rede foi desenvolvido por meio de conteúdos disciplinares oriundos da BNCC e do currículo de Pernambuco, organizado por áreas de conhecimento e componentes curriculares. A parte diversificada no currículo das escolas está sendo vivenciada através o eixo temático horta pedagógica, tratados de forma integrada e de modo a articular as vivências e os saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados e, dessa forma, contribuindo para o resgate e construção de suas identidades. A matriz curricular da Educação Integral para o Ensino Fundamental está organizada em consonância com a Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN's para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, observando os princípios concernentes à natureza da oferta da educação em tempo integral.

Além disso, houve a criação do quadro de disciplinas eletivas, que abrangem conteúdos das diversas áreas do conhecimento, fomentando o desenvolvimento individual e coletivo de cada aluno, contribuindo para sua formação cidadã, pois como afirma Sacristán (1988), faz-se necessário que os currículos atuais desenvolvam conteúdos para além de áreas tradicionais do conhecimento, como noções de higiene pessoal, de educação para o trânsito, de educação sexual, educação para o consumo, que incentivem determinados hábitos sociais, que discutam sobre o uso de drogas, que deem espaço para a comunicação, que atendam os anseios de uma cultura juvenil com dificuldade de inserção no mundo adulto, que estejam receptivos a novos saberes científicos e técnicos, que acolham o conjunto das ciências sociais, que ressignifiquem as dimensões estéticas da cultura, que promovam o cuidado com o ambiente em que estão inseridos, como podemos ver na figura 1.

Figura 1: Alunos da Escola Municipal Sinhô Bandeira em roda de conversa sobre Direitos Humanos e Igualdade de gênero.



As disciplinas eletivas são um dos componentes da parte diversificada e, devem promover o enriquecimento, a ampliação e a diversificação de conteúdos, temas ou áreas do Núcleo Comum. Considera a interdisciplinaridade enquanto eixo metodológico para buscar a relação entre os temas explorados, respeitando as especificidades das distintas áreas de conhecimento. É oferecida uma quantidade considerável de disciplinas eletivas ao longo de cada bimestre (Direitos humanos, Clube do Livro, Ciência da Gastronomia, Prática Experimental, entre outras) que podem ter uma continuidade durante o semestre, caso necessário. Os alunos têm a opção de escolher as disciplinas que desejam cursar, levando em conta interesses pessoais e afinidades com os temas propostos. A adequação do horário escolar foi planejada de modo que as disciplinas eletivas sejam ofertadas ao longo da jornada escolar, sem comprometer as disciplinas que demandam maior carga horária e atenção para o processo de aprendizagem. A proposta inclui ainda uma culminância ao final de cada módulo eletivo cursado, que tem como objetivo principal mostrar o que foi discutido/produzido ao longo da disciplina, o

resultado varia entre apresentações, exposições, construção de objetivos lúdicos, entre outros (Figura 2).

Figura 2: A. Alunos da Escola municipal Sinhô Bandeira apresentando resultados de experiências numa Mostra de Ciências; B. Trabalho em equipe desenvolvendo os projetos de pesquisa sob orientação de seus professores.



Todas essas adaptações curriculares compõem as políticas pedagógicas das escolas, que tem como premissa, a autonomia dos nossos estudantes, tornando-os protagonistas no cenário educativo, protagonismo esse, que como afirma Antônio Gomes da Costa (2000), possibilita um efetivo desenvolvimento da cidadania, ao mesmo tempo que resgata nos sujeitos a formação de suas identidades, de sua criticidade e autoestima, pilares importantes na construção da autonomia de cada um.

Para que este processo obtenha êxito, se faz necessário uma gestão democrática, que traga autonomia para seus integrantes, dando voz para o corpo discente, ressignificando o papel do professor no ambiente escolar, deixando de ser apenas um transmissor do conhecimento, para ser o mediador do processo de ensino/aprendizagem, pois como afirma Tébar (2011), a mediação é um fator humanizador de transmissão cultural, o homem é capaz de mudar, a partir dos meios de informações que tem acesso e da sua cultura, o mediador atua entre esses estímulos, interpretando, avaliando e principalmente, ressignificando essas informações, o que concretiza o que está sendo interpretado, e permite a reflexão e o pensamento crítico no indivíduo.

Através desse novo modelo curricular, buscamos valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais, promovendo apropriação de conhecimentos e experiências que possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho, fazendo escolhas em consonância com o exercício da cidadania e com seus projetos de vida, minimizando a evasão, pois a escola terá significado.

3.4 EIXO NORTEADOR: HORTA PEDAGÓGICA

Dentre as concepções sobre a educação integral, temos os projetos que articulam saberes em diferentes contextos, o que aumenta o foco do processo para a rede de espaços de aprendizagem. As preocupações com a aprendizagem estão centradas em possibilitar que vivências e ações pedagógicas, organizadas como projetos, induzam a uma integração de conhecimentos e saberes tanto na esfera acadêmica, quanto na vida social de cada indivíduo (Guará, 2006). Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Finais, os estudantes se deparam com desafios de maior complexidade, sobretudo devido à necessidade de se apropriarem das diferentes lógicas de organização dos conhecimentos relacionados às novas áreas de conhecimento. Tendo em vista essa maior especialização, é importante, nos vários componentes curriculares, retomar e ressignificar as aprendizagens anteriores, visando ao aprofundamento e à ampliação de repertórios dos estudantes. Nesse sentido, também é importante fortalecer a autonomia desses adolescentes, através de mecanismos para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação. (BNCC).

A horta tem um papel fundamental na história da humanidade. Além de ser o eixo norteador da proposta do ensino integral, por ser uma ferramenta que, assim como a modalidade de ensino implantada, busca integrar práticas e saberes pedagógicos às questões sociais, a horta na escola é um instrumento que pode problematizar e promover vivências e transformações múltiplas dos atores envolvidos com o ambiente do entorno, bem como, permitir a abordagem de diferentes conteúdos curriculares significativos à ecologia de maneira contextualizada, possibilitando a transformação da maneira como a sociedade atual vive em sociedade mais sustentável (Sly, 2015; Gadotti, 2003).

A horta escolar além de ser um espaço lúdico de aprendizagem, um laboratório vivo, atua como facilitador da aprendizagem abordando conteúdos escolares constantes do currículo escolar, e como afirma Malacarne et al (2014), por meio da horta, o docente pode trazer assuntos relacionados a problemas ambientais, como a utilização de agrotóxicos e as consequências de seu uso desenfreado para a alimentação de insumos oriundos da horta, ciclos de cultivos, conceitos de solo e de seu tratamento, relações de produção e consumo, alimentação saudável, entre outros.

A proposta é fazer com que pensem na escola como espaço sustentável e com vida, incorporando a alimentação nutritiva, saudável e ambientalmente sustentável, como eixo gerador da prática pedagógica. Dessa forma, é possível relacionar os conteúdos que usualmente são vivenciados apenas na sala de aula, a espaços educativos alternativos, tratando-os de forma interdisciplinar e associativa, tornando os componentes curriculares mais atrativos e de fácil compreensão (Figura 3). A horta foi implementada e vem sendo mantida em colaboração pelos alunos, professores e toda equipe educacional, que incluem merendeiras e profissionais da agricultura. Todos os insumos que são cultivados e colhidos integram o cardápio das refeições que os alunos fazem na escola, transformando

a alimentação em uma ação sustentável e saudável. Com isso, espera-se promover a segurança alimentar e nutricional do escolar, do direito humano a alimentação, obter uma melhoria na qualidade da educação na rede municipal de ensino, além de contribuir com a função social que a escola possui.

Figura 3: A. Alunos da Escola Municipal Eliza Fidelis da Silva fazendo a colheita da cenoura orgânica da horta pedagógica; B. Alunos interagindo com o trabalhador de campo da escola no preparo dos canteiros.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Independentemente da duração da jornada escolar, o conceito de educação integral que propomos está em conformidade com o que estabelece a BNCC, no que se refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. Isso supõe considerar as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar novas formas de existir. Dessa forma, propor a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida.

A organização do sistema escolar no município de Paudalho considera o ensino como uma atividade específica da escola que favorece a organização e o desenvolvimento pleno do pensamento do aluno, que, como sujeito de direito, situado no tempo e no espaço, possa através da apropriação do conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico e pela formação ético-moral, fundamentos próprios da cidadania, aprender e entender a realidade na sua complexidade e contradições, passando a ser protagonista das mudanças no meio onde está inserido.

Além de provocarmos as mudanças estruturais e curriculares que julgamos importantes para uma educação integral eficiente, queremos também difundir a nossa concepção de ensino. Nosso conceito de integralidade não está associada a uma mera ampliação da jornada escolar. Buscamos uma

formação de excelência, equânime, que abranja o indivíduo em sua totalidade, transformando em um ser social crítico e um cidadão capaz de atuar e contribuir para o crescimento da sociedade. Como consequência, dispomos de uma carga horária estendida, para acomodar a nossa proposta pedagógica.

A proposta vem sendo aprimorada pedagogicamente, e também do ponto de vista estrutural, para melhor atender a comunidade escolar. A necessidade das adaptações a esta nova modalidade atinge todo o corpo da escola, passando por discentes, docentes e gestão. O compromisso é com a construção coletiva do conhecimento, envolvendo conceitos e procedimentos, com o desenvolvimento de habilidades, sejam elas práticas, cognitivas e/ou socioemocionais, com as atitudes e valores diante das demandas complexas que exigem a vida em sociedade, exercendo o pleno direito da cidadania para o mundo do trabalho. É um longo caminho a ser percorrido, porém, com o apoio da secretaria de educação do município, este projeto que é pioneiro na região, vem se consolidando e servindo como referência para as demais escolas.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES:

Barbosa, ELS contribuiu na concepção e desenho do trabalho, na coleta, análise e interpretação dos dados e na redação do artigo. Vilarim da Silva LC, Anacleto da Silva, L e Soares AF contribuíram na redação do artigo, organização linguística do texto e revisão escrita. Todos os autores revisaram o manuscrito e aprovaram a versão final.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores signatários deste artigo declaram que não existe conflito de interesses de ordem comercial, financeiro, acadêmico, político, pessoal ou de outra natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base*. 1. ed. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2014.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base*. 2. ed. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017.
- CARVALHO, M. C. B. O lugar da educação integral na política social. *Cadernos Cenpec: Educação Integral*, São Paulo: Puc-SP; São Paulo: Cenpec, v. 1, n. 2, p. 1-5, mar, 2006. <<http://dx.doi.org/10.18676/cadernoscenpec.v1i2.166>>
- CAVALIERE, A. M. V. Educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira? *Educação & Sociedade*, Campinas: Unicamp; Campinas, Educ. Soc., v. 23, n. 81, p. 1-24, dez, 2002. <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302002008100013>>
- CAVALIERI, A. M. Tempo de escola e qualidade na educação pública. *Educação & Sociedade*, Campinas: Unicamp; Campinas, Educ. Soc., v. 28, n. 100, p. 1-21, out, 2007. Disponível em <<https://www.cedes.unicamp.br>> Acessado em: 01/01/2021
- COSTA, A.C.G. *Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática*: 1. ed. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.
- CHRISTENSEN, C. HORN, M. B. JOHNSON, C. W. *Disrupting class: How disruptive innovation will change the way the world learns*. McGraw Hill, 2012.
- FONSECA, E. M. Barreiras a inovação educacional: As dificuldades em utilizar a auto-avaliação como expressão de inovação. 144f. Dissertação (Mestrado em Educação) Brasília: Universidade de Brasília, 2007.
- FREIRE, H. W. *Currículo e educação integral na prática uma referência para estados e municípios*. 1. ed. São Paulo: Centro de Referências em Educação Integral, 2019.
- GADOTTI, M. *Pedagogia da terra*. 3. Ed. São Paulo: Fundação Petrópolis, 2000.
- GADOTTI, M. *Educação integral no Brasil: inovações em processo*. 1. Ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.
- GALVÃO, E. C. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. *Cadernos PDE*, Curitiba: Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação; SEED/PR, v. 2, n. 1, 2014. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unicentro_port_pdp_mirian_izabel_tullio.pdf> . Acessado em: 01/01/2021
- MALACARNE, V.; ENISWELER, K. C. Formação do pedagogo e ensino de ciências: a horta escolar como espaço para diálogos sobre educação ambiental. *Educere et Educare*, Paraná: Uni oeste; Paraná: Revista de Educação, v. 9, n. 17, p. 283-292, jan./jun. 2014. <<https://doi.org/10.17648/educare.v9i17.9109>>

MATOS, S. A. DE.; MARTINS, C. M. DE C. . O ensino por investigação como campo conceitual na teoria de Vergnaud. **Latin American Journal of Development**, v. 2, n. 5, p. 190-205, 30 Oct. 2020.

MOLL, J. Educação integral: contexto histórico na educação brasileira. Revista de Ciências Humanas – Educação, Rio Grande do Sul: URI-FW; Rio Grande do Sul, v.17, n.28, p. 112-126, abr/mai. 2009. < <https://doi.org/10.31512>>

PARO, V. H. Educação integral em tempo integral: uma concepção de educação para a modernidade.

PESTANA, S. F. P. *Letramento e o programa mais educação: concepção e prática(s) para uma educação integral?* 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Rio de Janeiro: Unirio, 2013.

PINHO, M. J. A educação integral diante do novo paradigma: perspectivas e desafios. *Revista Educação e Linguagens*: Unespar; Campo Mourão, v. 6, n. 10, p. 8-22, jan/jun. 2017. Disponível em:< <http://www.fecilcam.br/revista/index.php/educacaoelinguagens/article/viewFile/1293/990>>. Acessado em: 01/01/2021

SACRISTAN, G. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3. Ed. Porto Alegre: PENSO, 1998.

SILVA, S. R. B. *Educação integral em tempo integral: um desafio que vem dando certo*. 20f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Educação Integral) – Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina: 2013.

SLY, C. A. *Variety of teaching strategies based on students' levels of development and brain-based research*. Center for Ecoliteracy, v. 1, n. 1, 2015. Disponível em:< <https://www.ecoliteracy.org/article/teaching-strategies>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

SOUZA, R. F. Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil. *Cadernos CEDES*, Campinas: Unicamp; Campinas, v. 20, n. 51, p. 9-28, nov. 2000. < <https://doi.org/10.1590/S0101-32622000000200002> >

TÉBAR, L. *O perfil do professor mediador: pedagogia da mediação*. 1. Ed. São Paulo: SENAC Sp, 2011.

THURLER, M. G. *Inovar no interior da escola*. 1. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ZANARDI, T. A. C. Educação integral, tempo integral e Paulo Freire: os desafios da articulação conhecimento-tempo-território. *E-curriculum*, São Paulo: PUC-SP; São Paulo: e-curriculum, v. 14, n. 1, p. 82-107, jan/mar. 2016. <Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/26354>> Acessado em: 01/01/2021.